

14 — O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente em caso de falta ou impedimento.

15 — Todos os elementos do júri pertencem ao quadro de pessoal do Centro Hospitalar.

17 de Julho de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Torcató José Soares dos Santos*.

#### Deliberação (extracto) n.º 1567/2007

De acordo com o n.º 2 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 396/93, de 24 de Novembro, e nos termos da alínea e) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, e por deliberação do conselho de administração do Centro Hospitalar da Póvoa de Varzim/Vila do Conde de 26 de Junho de 2007 foi nomeado director do serviço de medicina interna o Dr. Joaquim Monteiro da Silva, assistente graduado de medicina interna, com efeitos à data da deliberação.

17 de Julho de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Torcató José Soares Santos*.

### Centro Regional de Alcoologia do Sul

#### Despacho n.º 18 051/2007

Por despacho do director do Centro Regional de Alcoologia do Sul de 10 de Agosto de 2006, por subdelegação, a Maria Celeste de Oliveira Simões de Moura Dias, enfermeira-chefe, foi autorizada a renovação do regime de horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, ao abrigo do artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, com efeitos a 14 de Agosto de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Julho de 2007. — O Director, *Domingos Neto*.

### Direcção-Geral da Saúde

#### Despacho n.º 18 052/2007

Atendendo à aprovação do Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Infecção Associada aos Cuidados de Saúde (PNCI), integrado no Plano Nacional de Saúde, e na sequência da transferência deste Programa do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge para a Direcção-Geral da Saúde, conforme o despacho n.º 256/2006, do Ministro da Saúde, e considerando que as comissões de controlo de infecção:

- a) São órgãos de assessoria técnica de apoio à gestão, na área da prevenção e controlo de infecção;
- b) Constituem um recurso indispensável para a implementação do Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Infecção Associada aos Cuidados de Saúde nas unidades de saúde:

Determino que:

- a) Os órgãos de gestão das unidades de saúde reestruturem as comissões de controlo de infecção (CCI), dotando-as de capacidade técnica capaz de abranger as três vertentes essenciais de um programa global de prevenção e controlo de infecção: a vigilância epidemiológica a elaboração e a monitorização do cumprimento de normas e recomendações de boa prática e a formação dos profissionais.
- b) As CCI tenham autonomia técnica e executiva que lhes permita implementar com eficácia o plano operacional de prevenção e controlo da infecção.
- c) As CCI sejam dotadas de meios humanos, físicos e financeiros adequados ao cumprimento das suas funções e às necessidades institucionais.
- d) As recomendações internas e os planos de acção produzidos pela CCI, após aprovação pelo órgão de gestão, tenham carácter vinculativo.
- e) Nos hospitais, nas unidades de internamento de cuidados continuados, nos centros de saúde e nas unidades privadas de prestação de cuidados, a CCI tenha um carácter multidisciplinar, representativo da nova realidade das unidades de saúde, tendo o órgão de gestão a responsabilidade de definir, em colaboração com o coordenador da CCI, a composição e organização mais adequadas, por forma a cumprir os objectivos definidos no Programa Nacional.

11 de Julho de 2007. — O Director-Geral, *Francisco George*.

#### Despacho n.º 18 053/2007

Considerando que a actual orgânica da Direcção-Geral da Saúde, aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 66/2007, de 29 de Maio,

prevê no seu artigo 9.º que aos chefes de equipas multidisciplinares é atribuído um estatuto remuneratório equiparado a director de serviços ou chefe de divisão em função da natureza e complexidade das funções, não podendo o estatuto equiparado a director de serviços ser atribuído a mais de uma chefia de equipa;

Considerando que o número máximo de equipas multidisciplinares foi alvo de fixação através da Portaria n.º 660/2007, de 30 de Maio, e que através do meu despacho n.º 11 518/2007, de 11 de Junho, foram designadas as equipas multidisciplinares constituídas no âmbito deste organismo:

Designo a administradora hospitalar de 2.ª classe do quadro de pessoal da Unidade de Torres Novas do Centro Hospitalar do Médio Tejo, E. P. E., licenciada Maria do Céu Dias Madeira chefe da Unidade de Apoio à Autoridade de Saúde Nacional, com o estatuto remuneratório equiparado a chefe de divisão, dado ser detentor de aptidão e competência técnica para o exercício de tais funções, como decorre da nota curricular anexa ao presente despacho.

A presente designação produz efeitos a 16 de Julho de 2007.

16 de Julho de 2007. — O Director-Geral, *Francisco George*.

#### Nota curricular

Identificação:

Nome — Maria do Céu Dias Madeira;  
Data de nascimento — 30 de Outubro de 1958;  
Naturalidade — Santa Isabel, Lisboa.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito — Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica, 1984;  
Curso de Administração Hospitalar — Escola Nacional de Saúde Pública, 1990;  
Curso de pós-graduação em Direito da Medicina — Faculdade de Direito de Lisboa, 2001;  
Curso de auditores de defesa nacional — Instituto de Defesa Nacional, 2003.

Actividade profissional:

Professora do ensino preparatório da disciplina de Estudos Sociais, 1981-1986;  
Exercício de advocacia, 1986-1990;  
Exercício da actividade de administradora hospitalar desde 1990, em hospitais centrais e especializados — Maternidade do Dr. Alfredo da Costa, Hospital de Curry Cabral, Hospital de Santa Marta, Hospital de Santa Maria;  
Secretária do Instituto de Medicina Legal de Lisboa, 1996-1998;  
Adjunta do Secretário de Estado da Saúde, 2000-2001;  
Vogal executiva do conselho de administração do Hospital Amato Lusitano, Castelo Branco, 2005-2007;  
Administradora hospitalar de 2.ª classe do quadro do Centro Hospitalar do Médio Tejo, nomeada na sequência do concurso de administradores hospitalares, 2007.

Outras actividades relevantes:

Assessora do coordenador nacional do Programa de Intercâmbio HOPE, 1996-1999;  
Integrou a equipa da agência de acompanhamento dos serviços da saúde, sendo responsável pela contratualização de diversos hospitais da região de Lisboa e Vale do Tejo, 1998-1999;  
Integrou a equipa de acompanhamento do contrato de gestão privada do Hospital Amadora-Sintra, 1998-1999;  
Chefiou a delegação portuguesa no seminário «Les relations sociales dans le secteur hospitalier», no âmbito do Programa FORCE, organizado pelo COFRA/HOPE, 1994, França;

Membro de comissões organizadoras de conferências internacionais:

Reunião de avaliação e conferência do programa de Intercâmbio para Profissionais de Saúde — Hope Exchange Programme, 1996, Portugal;  
AGORA 5 — «Salud en Europe», 1999, Espanha;  
Reunião do Standing Committee of the Hospitals of the European Union — Subcommittee and Planning, 1999, Portugal;

Vice-presidente do European Health Managers Forum, 1991-1996;

Apresentação pública de trabalhos — apresentação de comunicações em congressos nacionais e internacionais, entre os quais se destacam:

«New system of hospital financing in Portugal», apresentado pela delegação portuguesa, no simpósio «New dynamic in the financing of European health care institution», 1993, Grécia;

«Les relations sociales dans le secteur hospitalier», apresentado pela DGS ao Comité Permanente dos Hospitais da União Europeia, 1996, Bruxelas.

### Hospital Amato Lusitano — Castelo Branco

#### Deliberação (extracto) n.º 1568/2007

Por deliberação de 5 de Julho de 2007 do conselho de administração deste Hospital:

Foi o Dr. João Manuel Ferreira Gabriel, chefe de serviço de medicina interna, nomeado director de serviço do serviço de urgência, com efeitos a partir de 9 de Julho de 2007.

Foi a João António Dâmaso Frederico, director clínico e chefe de serviço de medicina interna, cessada, a seu pedido, a nomeação como director de serviço do serviço de urgência, com efeitos a partir de 9 de Julho de 2007.

A direcção de serviço do serviço de ortopedia é avocada pelo Dr. João António Dâmaso Frederico, director clínico e chefe de serviço de medicina interna, com efeitos a partir de 9 de Julho de 2007.

12 de Julho de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Manuel Sanches Pires*.

### Hospital de Reynaldo dos Santos

#### Aviso (extracto) n.º 14 847/2007

Por deliberações do conselho de administração do Hospital de Reynaldo dos Santos de 17 de Novembro de 2005 e do Ministério da Defesa Nacional, Força Aérea, de 31 de Janeiro de 2006, foi autorizada a renovação do regime de acumulação de funções públicas, ao abrigo do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, por um período de um ano, ao enfermeiro Paulo José Varela da Rita, com efeitos a 10 de Novembro de 2005, praticando um horário semanal de dezanove horas.

21 de Junho de 2007. — Pelo Conselho de Administração, o Vogal Executivo, *Lourenço Braga*.

#### Aviso (extracto) n.º 14 848/2007

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, torna-se pública a lista de candidatos admitidos e excluídos ao concurso interno geral de ingresso para provimento de 10 vagas de enfermeiro nível I, da carreira de enfermagem, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 24 de Maio de 2007, o aviso n.º 9369/2007:

Candidatos admitidos:

Ana Elisabete Rosado Namorado Gomes Janelas.  
António José Taveira Pinto.  
António Miguel Cunha Mesquita.  
Fernanda Maria Lopes Portilho.  
Florabela da Conceição Teixeira Peixoto.  
Isabel Maria Coelho Falcão.  
Joana Rita de Morais Bandeira.  
Lisete Amélia Ribeiro de Jesus.  
Maria de Lurdes Cardoso Faria.  
Maria Lourdes Ruiz Barrera.  
Marisa Isabel Galante de Carvalho.  
Paulo Jorge Caldeira de Bastos.  
Susana Marina da Cruz Faria Charrinho Pires.

Candidatos excluídos — por não cumprimento do disposto no aviso de abertura do concurso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 24 de Maio de 2007, o aviso (extracto) n.º 9369/2007, n.º 7 (requisitos de admissão ao concurso), nomeadamente n.ºs 7.2 e 10.3, alíneas:

a) Declaração clara e devidamente actualizada, emitida pelo serviço de origem, da qual conste, de forma clara e inequívoca, a existência e a natureza do vínculo, a categoria detida e o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública em anos, meses e dias;  
c) Documento comprovativo da inscrição na Ordem dos Enfermeiros;

d) Três exemplares do *curriculum vitae*, devidamente datados e assinados;

foram excluídos os seguintes candidatos:

Ana Sofia Portela Gomes (a) e (d).  
Cândida Isabel Carvalho Mineiro (a).  
Carla Andreia Roque Freitas (a).

Carlos Miguel Paiva da Silva Saraiva (a) e (c).  
Cátia Maria da Silva Bastos (a) e (d).  
Elisabete Vieira Dias (a).  
Joana Filipa Lopes Coelho (a).  
Mafalda Sofia Picão Campos da Silva (a).  
Manuela Cristina Almeida Rocha (a) e (d).  
Pedro José Santos Costa Sousa (a).  
Raquel Caldas Coelho Nogueira (a) e (d).  
Sandra Maria Marques Ferreira (a).  
Sophie Magalhães Dias (a) e (d).

17 de Julho de 2007. — Pelo Conselho de Administração, o Vogal Executivo, *Lourenço Braga*.

### Hospital de São Miguel — Oliveira de Azeméis

#### Despacho (extracto) n.º 18 054/2007

Por despacho da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde de 4 de Setembro de 2006, foi autorizada a licença sem vencimento de longa duração, ao abrigo dos artigos 21.º e 22.º do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, à Dr.ª Ana Margarida Liberal Gameiro Torres, assistente hospitalar de ginecologia/obstetrícia, com efeitos a 1 de Outubro de 2006.

18 de Julho de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *António Cândido Ferreira Lima*.

### Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.

#### Despacho n.º 18 055/2007

Por despacho de 12 de Fevereiro de 2007 do presidente do conselho directivo do Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P., ratificado por despacho de 30 de Março de 2007 do Ministro da Saúde, foi com Nídia Raquel Pereira Rosa celebrado contrato de trabalho a termo certo para o exercício de funções correspondentes às de enfermeira, pelo prazo de três meses, com início em 13 de Fevereiro de 2007, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º-A, aditado ao Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Junho de 2007. — O Delegado Regional do Centro, *António Carlos de Paiva Ramalheira*.

#### Despacho n.º 18 056/2007

Por despacho de 29 de Março de 2007 do presidente do conselho directivo do Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P., ratificado por despacho de 15 de Maio de 2007 do Ministro da Saúde, foi com Sónia Maria Lopes Ramalho celebrado contrato de trabalho a termo certo para o exercício de funções correspondentes às de enfermeira, pelo prazo de três meses, com início em 3 de Abril de 2007, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º-A, aditado ao Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Junho de 2007. — O Delegado Regional do Centro, *António Carlos de Paiva Ramalheira*.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Direcção Regional de Educação do Norte

#### Despacho n.º 18 057/2007

Com a publicação da Portaria n.º 362/2007, de 30 de Março, foi determinada a estrutura nuclear da Direcção Regional de Educação do Norte e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Nos termos do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a comissão de serviço dos titulares de cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da unidade orgânica, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo dirigente do mesmo nível que lhe suceda.